

# Diário Oficial



## Estado de Pernambuco

Ano C • Nº 127

Poder Legislativo

Recife, sexta-feira, 14 de julho de 2023

# Comissão de Saúde acompanha programas do Estado no setor

Em audiências públicas, Secretaria de Saúde prestou contas das ações do Governo

**A**s ações e os programas na área da saúde em Pernambuco foram acompanhados e fiscalizados, no primeiro semestre de 2023, pelo colegiado da Alepe que trata deste tema. A Comissão de Saúde recebeu, em duas audiências públicas, a secretária estadual da pasta, Zilda Cavalcanti, para apresentação de relatórios referentes aos investimentos e resultados alcançados no setor.

No primeiro encontro, a gestora apresentou os resultados do último quadrimestre de 2022, ainda referentes à administração anterior do Estado. Entre os dados apresentados, o número de pessoas na fila de espera por cirurgias surpreendeu. De acordo com a secretária, 100 mil pessoas esperavam para realizar seus procedimentos.

Zilda ainda enfatizou que a pandemia de Covid-19 afetou negativamente a saúde pública como um todo, com a redução de 5% no número de cirurgias entre 2021 e 2022, de 47% no número de transplantes e a diminuição de 9% dos partos, com o consequente aumento na lista de espera.

Outro ponto apontado foi a queda na cobertura vacinal de doenças antes erradicadas, como pólio e sarampo. Mas, também houve menções positivas pela Secretaria de Saúde, como a habilitação de duas maternidades de alto risco nos municípios de Vitória de Santo Antão (Mata Sul) e Salgueiro (Sertão Central).

### BALANÇO

Na segunda audiência, em 28 de junho, foi exibido o balanço dos primeiros qua-



FOTOS: JARBAS ARAÚJO

**TRANSPARÊNCIA** – Colegiado se reuniu duas vezes para receber a prestação de contas da administração estadual



**PAUTAS** – Debates com Zilda Cavalcanti abordaram temas como filas de cirurgias e piso da enfermagem



FOTO: NANDO CHIAPPETTA

**MONITORAMENTO** – Deputado Adalto Santos destaca atuação fiscalizadora da Comissão da Saúde

tro meses do atual Governo. Zilda destacou o aumento de R\$ 17,2 milhões no valor absoluto de recursos aplicados em ações e serviços públicos entre janeiro e abril de 2023, em comparação com o mesmo período de 2022. O total alcançou R\$ 2,2 bilhões.

Os aumentos nos procedimentos ambulatoriais (+0,8%), partos (+0,9%), transplantes (+21%) e cirurgias (+5%) realizados pela rede do Sistema Único de Saúde em Pernambuco foram outros apontamentos, assim como a ampliação da cobertura da atenção básica de 72,66% para 76,40% da população.

Naquela ocasião, o Estado e a Secretaria de Saúde foram cobrados a respeito do piso da enfermagem. Os parlamentares da comissão ainda questionaram o fechamento do Hospital da Retaguarda em Neurologia (HRN) no mês de junho.

### REUNIÕES

O grupo realizou ainda sete reuniões ordinárias, nas quais aprovou 65 projetos de lei. Entre as iniciativas que receberam parecer favorável do colegiado estão propostas de enfrentamento a arbovírus, defesa dos direitos das gestantes e auxílio a órfãos de vítimas da Covid-19.

Avaliando o semestre, o presidente do colegiado, deputado Adalto Santos (PP), destacou o papel fiscalizador da Comissão de Saúde. “Em menos de seis meses, a secretária veio duas vezes trazer explicações a esta comissão. A prestação de contas é um instrumento necessário para o planejamento e acompanhamento da gestão de saúde”, avaliou.

## Ato

## ATO Nº 727/2023

O PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do art. 33, c/c § 2º do art. 34, c/c art. 37, c/c art. 66, todos do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 400/2023, do Presidente deste Poder, Deputado Álvaro Porto,

**RESOLVE:** Considerar licenciado em caráter cultural o Deputado Álvaro Porto, no período de 17 a 30 de julho de 2023.

Sala Torres Galvão, em 13 de julho de 2023.

AGLAILSON VICTOR  
Primeiro Vice-Presidente

## ATO Nº 728/23

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ato nº 009060/2023, do Deputado Diogo Moraes,

**RESOLVE:** tornar sem efeito o Ato nº 724/23, publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo, do dia 13 de julho de 2023, referente a nomeação de SUELI ALVES DE LIMA DE OLIVEIRA DA SILVA.

Sala Torres Galvão, 13 de julho de 2023.

Deputado ÁLVARO PORTO  
Presidente

## ATO Nº 729/23

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ato nº 009045/2023 e no Ofício nº 309/2023, do Primeiro Secretário, Deputado Gustavo Gouveia,

**RESOLVE:** dispensar a servidora SELMA DE MOURA MORAES da função gratificada de Assessoramento, Símbolo PL-ASS-2, da Estrutura da Superintendência Administrativa, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de julho de 2023, nos termos da Lei nº 11.641/99, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 13.245/07, 15.161/13 e 15.985/17.

Sala Torres Galvão, 13 de julho de 2023.

Deputado ÁLVARO PORTO

Presidente

## Ofícios

## Ofício nº 400/2023

Recife, 13 de julho de 2023.

Ao Exmo. Sr.  
Vice-Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco  
Aglailson Victor

Sr. Vice-Presidente, da ALEPE,

Cumprimentando-o, inicialmente, venho pelo presente instrumento requerer Licença Cultural no período de 17 de julho a 30 de julho do ano corrente, por motivo de viagem para Europa.

Na oportunidade, renovamos a V. Exa., protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Dep. ÁLVARO PORTO  
Presidente

## PODER LEGISLATIVO



**Mesa Diretora:** Presidente, Deputado Álvaro Porto; 1º Vice-Presidente, Deputado Aglailson Victor; 2º Vice-Presidente, Deputado Francimar Pontes; 1º Secretário, Deputado Gustavo Gouveia; 2º Secretário, Deputado Pastor Cleiton Collins; 3º Secretário, Deputada Socorro Pimentel; 4º Secretário, Deputado Joel da Harpa; 1º Suplente, Deputado Rodrigo Farias; 2º Suplente, Deputado Henrique Queiroz Filho; 3º Suplente, Deputado Gilmar Júnior; 4º Suplente, Deputado Coronel Alberto Feitosa; 5º Suplente, Deputado William Brígido; 6º Suplente, Deputado Joaozinho Tenório; 7º Suplente, Deputado France Hacker. **Procurador-Geral** - Hélio Lúcio Dantas Da Silva; **Superintendente-Geral** - Isaltino Jose do Nascimento Filho; **Secretário-Geral da Mesa Diretora** - Maurício Moura Maranhão da Fonte; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente Administrativo** - Jose Luiz de Oliveira Junior; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Danielle Christina de Aguiar; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Braulio Jose de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Wildy Ferreira Xavier; **Superintendente Militar e de Segurança Legislativa** - Coronel Ely Jobson Bezerra de Melo; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Jose Airton Paes dos Santos; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - José Humberto de Moura Cavalcanti Filho; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos; **Ouvidor-Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente Parlamentar** - Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior; **Delegado-Geral da Superintendência de Inteligência Legislativa** - Ariosto Esteves; **Superintendente de Comunicação Social** - Helena Castro de Alencar; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Luciano Carlos Tavares Galvão Filho; **Reportagem e edição** - André Zahar, Carlos Sinésio, Carolina Flores, Edson Alves Jr., Eliza Kobayashi, Gabriela Bezerra, Haymone Neto, Isabelle Costa Lima, Ivanna de Castro, Regina Guerra e Tayza Lima; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), **Repórteres Fotográficos** - Evane Manço, Giovanni Costa, Jarbas Araújo, Nando Chiappetta, Paulo André e Roberta Guimarães; **Digramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Antonio Violla; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. **PABX** 3183.2211. Nosso e-mail: [scom@alepe.pe.gov.br](mailto:scom@alepe.pe.gov.br).

## Atas (comissão parlamentar)

## ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA PARA A DISTRIBUIÇÃO E DISCUSSÃO DOS PROJETOS ENCAMINHADOS À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, REALIZADA NO DIA QUATORZE DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE ETRÉS.

Aos quatorze dias de junho do ano de dois mil e vinte e três, às 11h45, no Plenarinho I, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, em cumprimento ao Regimento Interno, foi realizada a Sexta Reunião Ordinária, sob a presidência do deputado Waldemar Borges (PSB), com as presenças do deputado João Paulo (PT) e Romero Albuquerque (União), membros titulares, e das deputadas Dani Portela (PSOL) e Rosa Amorim (PT), membros suplentes. Formado o quórum regimental, o presidente deu início à reunião, colocando a ata da última reunião, realizada no dia 31 de maio, em discussão e aprovando-a por unanimidade. Em seguida, o presidente fez a distribuição dos projetos em pauta, indicando seus respectivos relatores: os Projetos de Lei Ordinária Nº 756/2023, 757/2023, 758/2023 e 765/2023, foram distribuídos para o deputado Romero Albuquerque (União). Os Projetos de Lei Ordinária Nº 771/2023, 772/2023, 777/2023, 781/2023 e, 783/2023 ficaram sob a relatoria da deputada Rosa Amorim (PT). Os Projetos de Lei Ordinária Nº 797/2023, 799/2023, 803/2023 e 804/2023, tiveram a deputada Dani Portela (PSOL) designada como relatora. Os Projetos de Lei Ordinária Nº 762/2023, 805/2023, 807/2023, 810/2023 e os Projetos de Resolução Nº 780/2023 e 794/2023 foram distribuídos para o deputado João Paulo (PT). Concluída a fase de distribuição, o presidente da Comissão de Educação e Cultura passou para a fase de discussão das proposições, optando por iniciar pela discussão do Projeto de Lei Complementar Nº 712/2023, de autoria do Governo do Estado, que fixa os novos valores nominais de vencimento base para os cargos que indica. O relator, deputado João Paulo, antes de apresentar seu parecer, fez questão de registrar que, ao longo de sua trajetória, buscou, como meta, estabelecer o diálogo com os governos, independentemente de quais sejam. Ele elogiou a postura do Sindicato dos Trabalhadores em Educação e da Central Única dos Trabalhadores pela forma democrática com que têm conduzido o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras em Educação. O parlamentar frisou que sua avaliação, na Comissão de Educação e Cultura, foi uma "avaliação de mérito", uma vez que votou pela aprovação do projeto na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, onde se constatou a constitucionalidade e legalidade da iniciativa do Poder Executivo. Em seguida, o relator apresentou seu parecer pela rejeição da proposta, no mérito. O presidente elogiou a forma cuidadosa como o relator tratou a questão e colocou o parecer em discussão. O deputado Romero Albuquerque lamentou a falta de diálogo por parte do Governo do Estado, que não atendeu ao pedido de retirada do regime de urgência feito pela categoria. A deputada Dani Portela criticou também o esvaziamento do debate por parte do Poder Executivo. A parlamentar registrou o esforço do Sintepe em buscar o diálogo. O presidente concedeu a palavra ainda à deputada Rosa Amorim que afirmou ser inadmissível que, na terra de Paulo Freire, testemunhe-se a desvalorização das trabalhadoras e trabalhadores em Educação. Ela pediu respeito à categoria. Ao fim da discussão, o colegiado, por unanimidade, acompanhou o voto do relator, confirmando a rejeição do projeto, no mérito. As demais proposições apresentadas foram aprovadas por unanimidade. O deputado Romero Albuquerque, em substituição ao deputado William Brígido relatou o Projeto de Lei Ordinária Nº 142/2023. A deputada Dani Portela relatou o Projeto de Lei Ordinária Nº 531/2023, o Substitutivo Nº 01 aos Projetos de Lei Nº 01/2023 e 149/2019 e o Substitutivo Nº 01 aos Projetos de Lei Nº 24/2023 e o Projeto de Lei Desarquivado Nº 3590/2022, além da Ementa Supressiva Nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária Nº 65/2023. O deputado João Paulo relatou os Substitutivos Nº 01 aos Projetos de Lei Ordinária Nº 358/2023 e 367/2023 e a Emenda Modificativa Nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária Nº 330/2023. Não havendo mais nada a tratar, o presidente da Comissão de Educação e Cultura, deputado Waldemar Borges, encerrou a reunião ordinária, convocando uma próxima para o dia 28 de junho do corrente. Do que, para constar, eu, Christianne Alcântara de Brito, assessora desta comissão técnica, lavrei a presente ata.

## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES”, DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, PRESIDIDA PELA DEPUTADA DANI PORTELA (PSOL), REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2023.

Às 14 horas do dia 18 (dezoito) de maio de 2023, no Auditório Senador Sérgio Guerra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, inicia-se a Audiência Pública sobre o Dia Nacional de Luta de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, de iniciativa da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular. Há uma apresentação cultural de adolescentes do Grupo Curumim – Gestação e Parto. A deputada Dani Portela, presidenta da Comissão, abre a reunião. A presidenta tece considerações iniciais e convida todos os componentes da mesa da Audiência: Valéria Nepomuceno, professora, doutora e mestre em Serviço Social e representante da Rede de Enfrentamento à Violência sexual contra Crianças e Adolescentes em Pernambuco; Maria Gabriela Bezerra de Oliveira, adolescente que compõe o Grupo Curumim; Andrielly Oliveira – adolescente da Rede de Enfrentamento à Violência sexual contra Crianças e Adolescentes em Pernambuco e que compõe a Casa Menina Mulher; Elisa Anibal, jurista, assessora de projetos do Grupo Curumim; André Torres, Macaxeira, Presidente do Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares; Gláucia Kamila Andrade Ribeiro da Silva, Presidenta do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco (CEDCA); Dra. Aline Arroxelas Galvão de Lima, coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e da Juventude (CAO IJ); Lilian Conceição da Silva, gerente de Políticas Públicas de Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco; Daniel Leite, Secretário Executivo de Gestão e Políticas Públicas da Secretaria de Turismo; Ana Cecília Cuentro, integrante do The Freedom Fund; Ana Luiza Costa Cavalcanti, servidora da Gerência de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente da Secretaria de Saúde e, por último, a Deputada convidada para compor a mesa Carolina Cabral, Secretária de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção à Violência e às Drogas de Pernambuco. Em seguida, a Deputada registra a presença de Jane de Fátima Andrade Santos, Secretária Executiva da Criança e Adolescente de Pernambuco, de Victor Santana, representando a Vereadora do Recife Cida Pedrosa, de Carol Vergolino, representando o mandato do Vereador do Recife Ivan Moraes. A Deputada registra também a presença de Carlos Eduardo, representando a Faculdade de Olinda (Focca) e, em seguida, utiliza a tribuna para proferir o seu discurso. A Deputada ressalta a importância do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, agradece a presença das pessoas e das entidades que atuam na pauta. Agradece às organizações que contribuíram para a construção da realização da Audiência Pública, nomeadamente: Grupo Curumim - Gestação e Parto e Rede de Enfrentamento à Violência sexual contra Crianças e Adolescentes em Pernambuco. Ressalta a importância da garantia do orçamento público para o enfrentamento a esses tipos de violência, além de políticas de prevenção, atendimento e acolhimento às crianças e adolescentes vítimas e testemunhas e formação permanente da rede de profissionais que trabalham na área e da punição aos agressores. A Deputada relembra Araceli Cabrera Crespo, uma criança que foi raptada, drogada, estuprada, morta e carbonizada no Espírito Santo em maio de 1973 e que nunca teve a justiça feita. A data do 18 de Maio é em sua memória e marca a organização contra o abuso e a exploração sexual contra crianças e adolescentes não sigam acontecendo. Dando prosseguimento, a Deputada apresenta números de violência. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), foram 66.020 estupros no país em 2021. Desses, 61% tinham até 13 anos e, em 79,6% dos casos, o autor da violência era conhecido da vítima, alguém do ambiente familiar, seja um parente, vizinho ou amigo próximo. Ainda, de acordo com o Fórum, são, em média, 45 mil estupros de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos de idade por ano no Brasil. Em boa parte dos casos, as vítimas são do sexo feminino. Dando prosseguimento, a Deputada Dani Portela registra a presença da Deputada Socorro Pimentel e passa a palavra para a professora Valéria Nepomuceno, que fala sobre a pesquisa que coordena sobre violência sexual contra crianças e adolescentes e de três desafios principais: 1) a falta de políticas públicas de enfrentamento a esta violência nos níveis municipais, estaduais e nacional, ressaltando que o que existem são ações pontuais e fragmentadas; 2) as condições financeiras de muitas famílias, que devem ser uma das preocupações para pensar política pública nesta área; 3) falta de punição aos criminosos que praticam esta violência. Em seguida, fala sobre uma proposta para o Plano Plurianual (PPA) construída a partir da pesquisa com destaque para: com base nos dados da Secretaria de Defesa Social, a ampliação de cinco delegacias de defesa de crianças e adolescentes (Olinda, Cabo, Caruaru, Vitória de Santo Antão e Ingazeira); inserir no PPA um programa para contratação de 24 psicólogos e 24 assistentes sociais para a Secretaria de Defesa Social (SDS) para a realização da escuta especializada de crianças e adolescentes; no PPA da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção à Violência e às Drogas, a criação de um Programa de Renda Básica para a população pernambucana; a criação de quatro campanhas de comunicação permanentes para o combate à violência sexual de crianças e adolescentes para toda a sociedade e não apenas em maio; inserir no PPA da SDS um programa para a realização de concurso público para a equipe técnica do CEDCA (dois psicólogos, dois assistentes sociais, dois pedagogos e dois advogados para formar uma equipe técnica permanente); no PPA do gabinete da Governadora, a aquisição de uma sede própria para o CEDCA. Fala sobre a importância da Campanha Faça Bonito, campanha que existe há mais de 20 anos e que não deve ser confundida com o Maio Laranja, que é uma campanha construída pelo Governo Bolsonaro, utilizada para ofuscar e desvirtuar o significado da campanha anterior. Após encerrada a fala da Professora Valéria Nepomuceno, a Deputada registra a presença de Geraldo Nóbrega, Professor da Escola de Conselhos de Pernambuco, da Universidade Federal Rural de Pernambuco; Carlos Braga, Secretário Executivo de Assistência Social do Estado de Pernambuco; Lara Buitron, representante do Fórum de Mulheres de Pernambuco. Logo após, Andrielly Oliveira fala sobre a necessidade de ampliar o número de delegacias de proteção às crianças e adolescentes e da necessidade de as escolas discutirem a importância do combate à violência sexual com a presença de psicólogos, conforme prevê a Lei Federal nº 13935/2019. Andrielly Oliveira lamenta o não cumprimento da lei e questiona o porquê de a mesma não estar sendo cumprida. Maria Gabriela, na sequência, saúda a mesa e todos os presentes. Referencia Araceli Crespo e trata acerca da falta de ações para acabar com essa violência que, infelizmente, faz parte do cotidiano de meninas e adolescentes. Afirma que a violência é uma realidade no cotidiano de meninas e meninas. Cita a importância de a escola atuar no combate a esta violência, pois pode acontecer dentro de casa. Fala da urgência de se garantir o Programa Saúde na Escola e lembra que as meninas negras são as maiores vítimas de violência sexual. Afirma que querem viver, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, em um ambiente livre e seguro, e reivindicam políticas que enfrentem o machismo, o racismo e a pobreza. Destaca a importância de punição dos criminosos e de políticas de redução da pobreza e conclui relatando que sua presença na audiência se dá pela esperança de que as autoridades possam tomar ações para mudar esta situação. Além disso, pontua que é fundamental que haja informações para crianças e adolescentes sobre abuso e violência sexual. Em seguida, Elisa Anibal começa sua fala saudando a mesa em nome de Maria Gabriela e Andrielly, chama a atenção para o fato de que proteger o exercício da cidadania tem a ver com proteger meninas em todas as fases de sua vida e que uma vida livre de violência possibilita o alcance aos direitos humanos. Neste sentido, ela afirma a importância da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco agir contra a violência sexual contra crianças e adolescentes, referenciando o aumento de quase 70% nos registros de casos através do Disque 100 de janeiro a abril do corrente ao ano anterior, frisando que a maioria dos casos sequer são denunciados. Destaca que o governo precisa falar quais políticas públicas estão sendo implementadas e executadas para prevenir, enfrentar e punir esta violência e que, apesar da Constituição Federal versar sobre a necessidade de combate a essa violência, infelizmente, é desrespeitada. Refere-se ao dado de que, diariamente, mais de 100 crianças e adolescentes são vítimas de violência sexual no país, segundo a Unicef. Anualmente, são 500 mil crianças e adolescentes e apenas 7,5 por cento dos casos são denunciados. Afirma que a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente têm sido constantemente violados. Relembra do caso da criança do Espírito Santo que precisou vir para o Recife para conseguir ter assegurado o direito à interrupção da gestação fruto de estupro e

Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

pergunta o que providências a Alepe e o Governo do Estado tomaram para punir quem tentou impedir o exercício do direito e a proteção da criança. Fala que mais de 17 mil meninas de até 14 anos tiveram filhos em 2021. Cita o documento do Grupo Curumim intitulado "Panorama da situação de adolescentes e jovens no cenário de distanciamento social", que cobra a implantação de políticas públicas por parte do Estado para o combate à exploração sexual e que este documento faz recomendações para que governos municipais e o Governo do Estado tomem medidas emergenciais, porém, desde 2021, não houve resposta a esse documento. Representando o The Freedom Fund, Ana Cecília Cuentro saudou a mesa através dos nomes de Andrielly e Maria Gabriela, parabeniza a iniciativa da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, apresenta o projeto e ressalta a luta pelo fim da exploração sexual de crianças e adolescentes. Traz o histórico do trabalho do grupo que representa, desde sua chegada ao Brasil, há dez anos e diz que o foco é o combate a toda forma da escravidão moderna. Relata resultados de pesquisas realizadas indicando o agravamento dos números de meninas e mulheres abusadas sexualmente, incluindo tráfico de pessoas e exploração sexual e aponta a complexidade do problema no Brasil, explicando também por que o The Freedom Fund viu a necessidade de realizar estudos na Região Metropolitana do Recife como uma forma de estimular políticas públicas para enfrentar o problema. Em 2020, o The Freedom Fund fez novo levantamento com intenção de fundamentar projetos de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, criando o protocolo de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes e promovendo ações educativas. Relata que a pesquisa de prevalência, disponível em [www.freedomfund.org](http://www.freedomfund.org), aponta para mais de 20 mil adolescentes envolvidas em casos de exploração sexual, dado esse que pode ser subnotificado. Frisa também o estudo de perfil dos abusadores, realizado pelo Instituto Pró-mundo. Reitera a importância da formulação do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, levando em consideração que as crianças e os adolescentes sejam os sujeitos centrais nesse processo, e destaca a necessidade de sensibilização da sociedade por meio de campanhas educativas e a importância da destinação de recursos para essa política. Finaliza sua fala apontando a necessidade do orçamento destinado às ações de enfrentamento à problemática e aponta a necessidade da sociedade se engajar nessa questão e de haver campanhas de conscientização. Em seguida, a Deputada Socorro Pimentel parabeniza a organização da Audiência Pública, frisando a importância da participação das adolescentes Andrielly e Maria Gabriela. Lembra que 50% das crianças que chegam para serem atendidas em unidades de saúde foram vítimas de estupro. Dessas, 80% foram abusadas dentro da própria casa. Relata, como pediatra, que examinar uma criança que foi abusada sexualmente é a pior coisa que pode ser presenciada. Ressalta que existe um Projeto de Lei de sua autoria que proíbe a contratação de abusadores pelas empresas terceirizadas do Governo do Estado de Pernambuco. Ressalta a vulnerabilidade que as redes sociais têm trazido às crianças. Finaliza agradecendo o espaço e parabeniza mais uma vez a realização da audiência. Em seguida, Gláucia Andrade, do CEDCA, agradece a oportunidade de estar na Audiência e lembra da importância da eleição dos conselheiros tutelares neste ano e coloca o CEDCA à disposição para o diálogo e construção de novas políticas, focando o empoderamento das crianças e dos adolescentes. Fala ainda que o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes está sendo elaborado e querem entregar um Plano elaborado coletivamente e com qualidade. André Macaxeira, na sequência, parabeniza a iniciativa da Deputada Estadual Dani Portela, saudou a mesa em nome de Andrielly, saudou todos os conselheiros tutelares e todas as pessoas que estão na Audiência. Faz breve relato da ocasião em que uma criança estava sendo impedida por grupos de conservadores e parlamentares, de fazer o aborto legal no Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (CISAM). Ele, então, apresenta na tela o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA), frisa que apenas 15% dos Conselheiros Tutelares de Pernambuco utilizam e alimentam este sistema. Lembra a Lei Federal nº 13.431/2017, que fala sobre a escuta e atendimento especial para crianças e adolescentes vítimas de violência. Destaca a falta de equipamentos especializados nessas escutas e que há atendimento 24h para crianças e adolescentes que infringem alguma regra, mas não para as vítimas e lembra que já foi ao Ministério Público de Pernambuco questionando isso. Relata a interrupção dos serviços prestados às crianças e adolescentes devido à péssima transição do Governo Raquel Lyra e finaliza agradecendo o convite e parabenizando a todos. Em seguida, a Deputada Dani Portela agradece a presença do Conselho Tutelar em nome de Rafaela Barcelo, conselheira tutelar de Caruaru, e Thiago Carvalho e Rafael Reis, conselheiros tutelares do Recife, que estão assistindo à audiência. Registra a presença do Centro das Mulheres do Cabo e do Coletivo Mulher Vida e agradece o trabalho das intérpretes de Libras Poliana Alves e Jéssica Santos e ressalta que todas as audiências organizadas pelo seu gabinete terão acessibilidade comunicacional. Dando prosseguimento, a Deputada convida à mesa o delegado do Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente (DPCA), Geraldo Costa, e suscita sobre o funcionamento e a estrutura das delegacias para o acolhimento e a escuta das crianças violentadas. Antes de passar a palavra, a Deputada reitera que os plantões 24h só atendem adolescentes que infringem alguma regra, mas para proteção da criança e do adolescente que é vítima, não funciona. Por isso, é preciso pensar em alternativas para essa rede de proteção e cuidado. Além disso, ela reforça que esteve na Delegacia da Mulher de Santo Amaro junto com conselheiros tutelares e constatou que não há condições adequadas para escuta de crianças e adolescentes. Em seguida, passa a palavra para Geraldo Costa, que trabalha na Unidade de Prevenção a Crimes contra Crianças e Adolescentes. O delegado fala de operações de combate à violência contra crianças e adolescentes e cita o bom desempenho do estado de Pernambuco, além de informar que estão sendo implantadas salas de escutas especializadas no Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente e no interior do estado, cursos de especialização dos agentes de segurança em escuta especializada e apresenta números de atuações e pessoas presas por violência contra crianças e adolescentes. Ressalta operações da polícia contra crimes virtuais e pornografia infantil, a importância da colaboração dos conselhos tutelares no combate a esses crimes. Ressalta também o perigo dos crimes virtuais contra crianças e adolescentes. Em seguida, a Deputada Dani Portela explica a saída de uma parte das pessoas participantes devido a um ato previamente marcado e uma caminhada para o Palácio do Campo das Princesas para entrega de uma carta à Governadora Raquel Lyra. Na sequência, é passada a palavra para a Senhora Promotora do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Aline Aroxelas, que inicia sua fala com autodescrição, agradece o convite e diz estar feliz por ver a Assembleia Legislativa cheia. Ela elenca o trabalho do Ministério Público no combate a violências com crianças e adolescentes, mas ressalta a campanha unificada dos ministérios públicos dos estados sobre o combate ao abuso sexual. Relata que, no cotidiano do trabalho, percebe a grande quantidade de crianças e familiares que não compreendem a violência que sofreram. Ela ressalta a importância de se trabalhar a educação sexual, sobre o corpo em diversas áreas, desde a educação, saúde, assistência social, cultura etc. Enfatiza que o MPPE está comprometido na cobrança para a implementação das delegacias especializadas e, em Olinda, já há uma ação civil pública. Além disso, o MPPE também está atuando nas questões dos plantões. Aline encerra sua fala mostrando o cartaz da cartilha "Parou Aqui", que aborda vários aspectos dos abusos de crianças e adolescentes. A Deputada Dani Portela informa que, antes da Audiência, foi procurada por um dos coordenadores do Fórum Estadual da Criança e do Adolescente, Reginaldo Silva, que pediu para entregar aos integrantes da mesa uma nota escrita pelo Fórum sobre o Decreto Estadual nº 54.729, que retirou cerca de R\$ 50 mil do orçamento da criança e do adolescente. Após a entrega da carta, a Senhora Secretária de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção às Drogas, Carolina Cabral, inicia a fala saudando Andrielly e Maria Gabriela. Em seguida, afirma que não herdou do governo passado recursos destinados tampouco um plano traçado, mas afirma que é competência do atual governo, principalmente, na elaboração do Plano Plurianual, elaborar agora as prioridades, os planos e direcionar recursos. Afirma que escutou atentamente a questão de delegacias, de psicólogos, de programas e de campanhas e que tudo isso será pautado em escutas no PPA. Reforça que o combate à exploração e ao abuso sexual é uma prioridade de todo o Governo do Estado, bem como o compromisso da governadora em entregar o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Acrescenta que o Plano vai ser construído coletivamente, inclusive, com as crianças e adolescentes. Ressalta o aumento, promovido pelo Governo do Estado, dos recursos para a ampliação da Rede de Assistência Social e que, por conta disso, vão sair de 60 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para 193. Dando continuidade, Lilian Conceição começa sua fala agradecendo o convite e cumprimentando a mesa através de Andrielly e Maria Gabriela. Faz uma breve apresentação, diz que a prevenção através da educação é uma pauta prioritária desde a perspectiva antirracista, anti-sexista e anticapacitista, compromete-se em enviar as respostas às perguntas feitas para Secretaria de Educação e Esportes e se coloca à disposição para o diálogo da construção transversal de políticas de combate à violência contra crianças e adolescentes. A fala seguinte é do Senhor Secretário Executivo de Turismo de Pernambuco, Daniel Leite, frisando que a Secretaria de Turismo tem se empenhado no combate ao turismo sexual no estado e que não deixará passar qualquer iniciativa que vá de encontro a essa violência. Afirma que estão na fase de diagnóstico do turismo em Pernambuco. Em seguida, Ana Luiza Costa Cavalcanti agradece o espaço de fala e apresenta alguns dados de abusos sexuais contra crianças e adolescentes, sobretudo, o de que, de acordo com o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS), de janeiro a abril de 2023, foram registrados 314 casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Em seguida, diz que, em Pernambuco, são nove serviços de referência de violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo três em Recife (CISAM, Hospital Agamenon Magalhães e IMIP), em Caruaru (Hospital Jesus Nazareno), em Arcoverde (Hospital Rui de Barros), em Salgueiro (Hospital Regional Inácio de Sá), em Petrolina (Hospital Dom Malan), em Afogados da Ingazeira (Hospital Emília Câmara) e, em Serra Talhada, o Hospital Agamenon Magalhães. Ressalta que nada do que é feito pela Secretaria de Saúde é um favor e que todo o combate à violência contra crianças e adolescentes é um dever do Governo do Estado. Diz que a Secretaria Estadual de Saúde compõe o CEDCA, o Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Recife, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, Destaca a necessidade de expandir e melhorar as condições da rede de acolhimento. Ressalta também o Grupo de Trabalho da Secretaria de Atendimento a Pessoas Vulneráveis à Violência e que os profissionais são qualificados para que as crianças e adolescentes não sejam revitimizados. Após esse momento, é passada a palavra para a plateia. Lara Buitron, estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco e do movimento feminista Fórum de Mulheres de Pernambuco, pontua que somente 1,6 por cento das meninas que engravidaram em Pernambuco no ano de 2021 acessaram o aborto legal em um universo de 503 meninas de 10 a 14 anos, ou seja, destas, 432 pariram, 8 permaneceram grávidas, mas tiveram morte fetal e 64 tiveram aborto espontâneo, ressaltando ser fundamental que essas meninas tenham informação e possibilidade concreta de acessarem o serviço do aborto legal por ser direito delas. As meninas são enviadas para o pré-natal. Em seguida, aponta que, em Caruaru, não há delegacia especializada e se apela para que tenha uma delegacia deste tipo. Dando prosseguimento, Rafaela Barcelo, conselheira tutelar em Caruaru, aponta que os números do SIPIA ainda são menores do que a realidade e diz que, nesta cidade, não há delegacia especializada em violência contra crianças e adolescentes. Além disso, apela para que, em Caruaru, haja uma Delegacia deste tipo. Lucas Oliveira, pedagogo e estudante de Ciência Políticas da Universidade Federal de Pernambuco agradece a oportunidade de estar na Audiência Pública e afirma que foi uma criança abusada de forma física, sexual e emocional, mas que conseguiu se reerguer graças às políticas que garantem auxílio a estas vítimas. Em seguida, a Deputada Dani Portela aborda a importância de se falar sobre a violência, pois o silêncio é um dos instrumentos usado pelos agressores e que isso tem a ver com a estrutura de uma sociedade patriarcal, machista, que faz com que muitas famílias saibam da violência e não ajam. Em seguida, a Deputada firma o compromisso em levar ata desta audiência, após sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa de Pernambuco, para todas as secretarias do Governo do Estado para que tomem ciência dos debates trazidos e realizem os encaminhamentos deste espaço. A Deputada faz um agradecimento ao Grupo Curumim - Gestação e Parto e à Rede de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em Pernambuco. Por fim, a deputada Dani Portela faz uma fala final agradecendo a todas as pessoas presentes na Audiência Pública e convida para o Seminário "Todo Sagrado deve ser Respeitado: Papel do Legislativo no enfrentamento ao Racismo Religioso", que ocorrerá hoje à noite, às 18 (dezoito) horas, no Auditório Senador Sérgio Guerra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar. No final, há uma apresentação cultural da batucada das adolescentes do Grupo Curumim - Gestação e Parto. E, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “MEMÓRIA, VERDADE, JUSTIÇA, REPARAÇÃO E NÃO REPETIÇÃO: COMO ESTÃO ESSAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM PERNAMBUCO?” DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR, PRESIDIDA PELA DEPUTADA ESTADUAL DANI PORTELA (PSOL), REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 2023.**

Às 09h42 do dia 20 de Junho de 2023 teve início no Auditório Senador Ênio Guerra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, a Audiência Pública intitulada “Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição: como estão essas políticas públicas em Pernambuco?”. A Deputada Dani Portela declarou aberta a Audiência Pública cumprimentando todas as pessoas presentes, e convidou a compor à mesa: a Sra. Amparo Araújo do Comitê Memória, Verdade e Justiça; o Exmo. Sr. Manoel Moraes, Coordenador da Cátedra UNESCO/Unicap de Direitos Humanos Dom Helder Câmara e membro da Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; a Exma. Sra. Mona Lisa Duarte, Procuradora da República em Pernambuco e Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão em Pernambuco; o Exmo. Sr. Westei Conde, 7º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos; o Exmo. Sr. Fabiano Pessoa, Promotor do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Cidadania do Ministério Público de Pernambuco; a Exma. Sra. Juliana Paranhos, Defensora Pública de Pernambuco e representante do Núcleo de Defesa e Promoção de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco; a Exma. Sra. Nara Santa Cruz da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Pernambuco; o Exmo. Sr. Jayme Asfora, Secretário Executivo de Justiça e Direitos Humanos do Governo do Estado de Pernambuco; o Exmo. Sr. Sidney Rocha, Diretor do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano; a Exma. Sra. Anahi Melo, representante da Secretaria de Educação e Esportes do Governo do Estado de Pernambuco; e o Exmo. Sr. João Baltar, Presidente da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE). Em seguida, a Deputada Dani Portela destacou a importância da memória na defesa da democracia brasileira, tendo em vista o processo de cerceamento das liberdades durante o período da Ditadura Militar (1964-1985). A Deputada, que é filha de um ex-presse político, pontuou que, ainda hoje, pode ser difícil para as vítimas da Ditadura Brasileira falarem sobre os seus processos de violência, especialmente no tocante às torturas feitas por agentes do Estado. Portanto, faz-se necessário que essa Audiência Pública resulte em encaminhamentos que busquem evitar a impunidade de torturadores, além de salvaguardar materiais e aparatos históricos que vêm sofrendo com o descaso público, à exemplo do Memorial da Democracia de Pernambuco e do Arquivo Público Estadual João Emerenciano. Em seguida, Amparo Araújo saudou as pessoas presentes e fez referência aos revolucionários brasileiros e pernambucanos. Posteriormente fez uma crítica à forma eurocêntrica e arbitrária do governo brasileiro e um apelo à Governadora Raquel Lyra para que ela honre e cuide dos equipamentos que tratam da memória das vítimas desse processo cruel. Na sequência, a palavra foi facultada a Manoel Moraes que lembrou da importância de duas leis aprovadas pela ALEPE com relação à temática: a Lei 16.629 de 20 de Setembro de 2020, de autoria das Juntas Codeputadas que veda à Administração Pública do Estado de Pernambuco realizar qualquer tipo de homenagem ou exaltação ao Golpe Militar de 1964 e ao período da Ditadura; e a Lei nº 14.688, de 1º de Junho de 2012 que cria a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara que, posteriormente, deu origem ao Memorial da Democracia. Manoel Moraes também enfatizou a importância do Memorial (Decreto nº 53.387, de 24 de agosto de 2022), e do grupo de trabalho, consequência do Decreto, para pensar as reparações estaduais. Somado a isso, recomendou que a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da ALEPE faça um estudo do relatório para que ocorra a cobrança ao Poder Executivo no que diz respeito à implantação das medidas indicadas pela Comissão da Verdade. Sucessivamente, Mona Lisa Duarte, Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão em Pernambuco, enfatizou a cooperação do Ministério Público Federal (MPF) com o Memorial da Democracia, e lembrou da ação do MPF para retificação das certidões de óbito das vítimas da Chacina da Chácara São Bento que ocorreu durante a Ditadura, no município de Paulista, para que constem ali as verdadeiras causas de suas mortes. Já o Promotor de Justiça Fabiano Pessoa, garantiu que o MPPE pretende fazer um estudo dos documentos da Comissão Estadual da Verdade para averiguar quais ações poderão ser tomadas por ele em âmbito judicial. Além de pontuar que o MPPE tem feito um grande debate interno de como atuar em defesa do patrimônio público, da educação e das instituições democráticas do Estado. Em seguida, o também Promotor, Westei Conde, afirma que protocolo um ofício, no início do mês de junho, para acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento regular do Memorial da Democracia, porque é preciso que todas as pessoas compreendam a importância da existência de espaços de memória. Ademais, ele pediu à Deputada Dani Portela para enviá-lo o resultado dessa Audiência Pública, a fim de que o MPPE possa dar andamento aos procedimentos cabíveis. O promotor finalizou dizendo que o MPPE e o MPF atuaram de forma conjunta para o processo de digitalização de parte dos documentos que compõem o acervo do Arquivo Público. Posteriormente, a palavra foi facultada à Juliana Paranhos, Defensora Pública de Pernambuco, representante do Núcleo de Defesa e Promoção de Direitos Humanos, que reafirmou o papel da Defensoria na prevalência da defesa dos Direitos Humanos, e lembrou que a instituição nasceu durante o processo de redemocratização brasileiro. A Defensora Juliana Paranhos apontou que, somente em 2022, a DPPE recebeu 323 (trezentas e vinte e três) denúncias de violações dos Direitos Humanos, e se colocou disponível para contribuir com o que for preciso. Logo depois, Nara Santa Cruz, Vice-Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Pernambuco, afirmou que o caso do Memorial chegou na CDH da OAB-PE através de denúncias, e a partir disso, organizaram um parecer com encaminhamentos para apresentar ao Presidente da OAB-PE. Nara disse que a CDH da OAB fez uma visita ao Memorial da Democracia, e observou os problemas de perto: falta de internet (wi-fi), ausência de ar-condicionado, espaço reduzido etc. A advogada reafirmou que não é possível entender as violências atuais sem compreender as violências ocorridas durante a Ditadura Militar Brasileira. Na sequência, o Secretário Executivo de Justiça e Direitos Humanos do Governo do Estado de Pernambuco, Jayme Asfora, pontuou que a antiga gestão do Governo Estadual não havia disponibilizado recursos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para a manutenção do Memorial, e que pretende fazer isso durante a gestão da atual Governadora do Estado, Raquel Lyra. Além do mais, o Secretário destacou que o Memorial não fechou as portas um dia sequer, e que, com o convênio firmado, será possível promover as mudanças necessárias nesse equipamento. Ele garante que o Memorial terá instalação de ar-condicionado e internet (wi-fi). Imediatamente, a Deputada Dani Portela sinalizou a chegada do, também Deputado Estadual, João Paulo (PT) que saudou todas as pessoas presentes, e ratificou o compromisso do seu mandato com a luta do povo pernambucano. Somado a isso, ele se colocou disponível para informar acerca do seu diálogo com a Governadora Raquel Lyra e o Chefe da Casa Civil Túlio Vilaça no tocante à preservação dos instrumentos públicos pernambucanos que possibilitem Justiça de Transição. Logo em seguida, a fala foi facultada ao Diretor do Arquivo Público, Sidney Rocha, que citou os servidores e servidoras cedidos, ao Arquivo Público, como verdadeiros heróis e heroínas da memória pernambucana. Sidney disse, ainda, que está empenhado na recuperação e digitalização dos documentos, além de afirmar que todo o acervo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) já está digitalizado, graças à Companhia Editora de Pernambuco (CEPE). Ademais, o Diretor evidenciou que o Arquivo não pertence mais à Casa Civil, e, sim, à Secretaria de Comunicação do Estado. Afirmou, também, que essa ligação com a Secretaria possibilita a busca por outros Convênios, bem como a ampliação da capacidade de gerenciamento. Isso será possível por meio da emissão de um CNPJ, o qual permitirá que o Arquivo busque leis estaduais e federais de incentivo à cultura. Com relação ao prédio onde está localizado o equipamento, Sidney Rocha disse que está estabelecendo um Convênio com a FUNDARPE para, a partir do dia 21 de junho de 2023, receber a primeira comissão técnica visando a requalificação e protagonização de uma história mais recente. Com isso, a Deputada Dani Portela passou a palavra para João Baltar, Presidente da CEPE, o qual iniciou seu discurso enfatizando que, caso não seja possível a requalificação do atual prédio do Arquivo Público, na Rua do Imperador, para a salvaguarda dos documentos, esse edifício se tornará uma espécie de museu. Pontuou, ainda, que a busca por um novo prédio será realizada junto à Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE). O presidente da CEPE afirmou que, até o término deste ano, a transição já estará iniciada e que, até o final da gestão da Governadora Raquel Lyra, em 2026, o Arquivo Público estará devidamente pronto para ser entregue à população. Acerca do Memorial da Democracia, João Baltar afirmou que a CEPE assumirá os pagamentos temporariamente até que saia a Dotação Orçamentária de 2024. Além disso, disse que irá a Brasília dialogar com Luciana Santos, Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, a fim de angariar fundos para resolver os problemas mais urgentes. Na sequência, a representante da Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco (SEE), Anahi Melo, fez o uso da palavra e disse que estava encarregada para falar, nesta Audiência, acerca da situação das escolas públicas estaduais que homenageiam em seus nomes torturadores da Ditadura Militar. Ademais, abordou a questão do plano de carreira dos trabalhadores da educação cedidos ao Arquivo Público, que, por conseguinte, não está mais vinculado à SEE. Anahi enfatizou que a SEE não é a favor de homenagens a violadores de Direitos Humanos em órgãos e prédios públicos, além de afirmar a necessidade de se fazer uma lei para dar conta de tal proibição. Ela destacou que a Secretaria só poderia agir de acordo com a lei, e se comprometeu a levar os questionamentos com relação aos trabalhadores cedidos. Diante dessa fala, a Deputada Dani Portela agradeceu a presença de Anahi, e lembrou a existência da Lei Estadual de autoria das Juntas Codeputadas, a Lei 16.629 de 20 de setembro de 2020, já citada, mas, lembrou e lamentou que existe um entendimento de que ela só disciplinaria homenagens realizadas a partir de sua promulgação. Afirmou, entretanto, que a Governadora Raquel Lyra e a Secretaria de Educação e Esportes podem agir independentes disso, já que o entendimento jurídico é de que a modificação de nomes de órgãos e prédios anteriores à promulgação da lei é de plena competência do Poder Executivo, inclusive várias cidades e estados já estão realizando mudanças nesse sentido. Em seguida, a Deputada franqueou a palavra para intervenções do público presente. Fernanda Rocha, representante do Memorial da Democracia da Paraíba, defendeu a importância do Memorial de Pernambuco e dos demais Memorials, que foram criados a partir das recomendações da Comissão da Verdade. Frisou, também, a importância pedagógica dos equipamentos e sua potencial contribuição para uma pedagogia antifascista. Em seguida, Marcelo Santa Cruz pontuou que a luta pela preservação da memória dos Defensores dos Direitos Humanos e das vítimas da Ditadura Militar é uma luta suprapartidária. Ele enfatizou o apoio da Prefeitura do Recife em ceder o casarão do Sítio da Trindade, que outrora foi a sede do MCP (Movimento de Cultura Popular), destruído pelo Golpe Militar. Já o professor da Universidade de Pernambuco, Ilo Cardoso, citou que “se você deseja educar uma pessoa, que comece pelo seu avô”, e agradeceu à Deputada Dani Portela por possibilitar a Audiência Pública em referência. Posteriormente, Thiago Santos, representante do Comitê Memória, Verdade e Justiça, iniciou sua fala lembrando alguns casos de pessoas que foram vítimas pela Ditadura Militar e propôs a existência de um órgão do Governo Federal, assim como o do Estadual, para o acompanhamento das recomendações da Comissão da Verdade nos dois âmbitos. Depois disso, Marcelo Mário de Melo, ex-presse político, salientou que o maior prejudicado da Ditadura foi o povo brasileiro, que perdeu projetos que foram interrompidos pelo Golpe de 64, à exemplo da reforma agrária que era planejada pelo Governo de João Goulart. Por último, Oséas Borba enfatizou a importância das artes como aliadas da educação e da luta política, e fez uma provocação: “a ultradireita entende tanto acerca da importância das artes, que o Governo Bolsonaro teve como prioridade acabar com o Ministério da Cultura”. Outrossim, em resposta à sugestão de Thiago Santos, o professor Manoel Moraes apontou que o Memorial da Democracia é o órgão responsável pelo acompanhamento das recomendações da Comissão da Verdade em âmbito estadual, mas que a nível nacional esse órgão não existe. Ele ainda sugeriu, como encaminhamento da Audiência, que seja recriada a Comissão de Mortos e Desaparecidos, e que essa sugestão seja levada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Assim como, propôs que fosse feito um pedido aos partidos políticos para que desempenhem o papel de conseguir recursos para a Comissão da Anistia, que, atualmente, não recebe nenhuma verba. Adiante, a representante do Ministério Público Federal, Mona Lisa Duarte, sugeriu que a Secretaria de Educação e Esportes estabeleça, de forma voluntária, a mudança dos nomes de escolas que homenageiam ditadores. A Deputada Dani Portela agradeceu as palavras de Mona Lisa e lembrou que já fez um apelo ao Governo do Estado para que fizesse essas mudanças, mas não surgiu efeito. O professor Manoel Moraes pediu, como encaminhamento, para que a Deputada Dani Portela também recomendasse ao Governo a mudança de nome do Instituto Criminalístico Prof. Armando Samico, que é mais um prédio público que homenageia um violador de Direitos Humanos, e a defesa de que a Polícia Científica seja autônoma. Somado a isso, a Deputada determinou que também conste, como encaminhamento, o apelo ao Ministro Sílvio Almeida no que tange ao prédio construído pelo Exército Brasileiro, destinado à residência de militares no Recife, para que esse não faça homenagem ao Marechal Castelo Branco. Para tanto, já existe uma Ação Civil Pública protocolada pelo MPF para esse impedimento, entretanto é necessário que ganhe força. Acerca do funcionamento do Arquivo Público, a Deputada Dani Portela enfatizou a importância da previsão orçamentária do Governo do Estado para a manutenção do equipamento e a necessidade de um concurso público para contratação de mais servidores. No mais, a Deputada agradeceu a presença de todas as pessoas, e declarou a necessidade e a importância de que esse tema continue sendo debatido na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Após, ela encerrou a Audiência Pública com a leitura de uma poesia trazida por Amparo Araújo, intitulada *O testamento sobre a força*: “Só vos peço uma coisa: se sobreviverdes a esta época, não vos esqueçais! Não vos esqueçais nem dos bons, nem dos maus. Juntai com paciência as testemunhas daqueles que tomaram por eles e por vós. Um belo dia, hoje será o passado, e falarão numa grande época e nos heróis anônimos que criaram a história. Gostaria que todo mundo soubesse que não há heróis anônimos. Eles eram pessoas, e tinham nomes, tinham rostos, desejos e esperanças [...]”. E, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

## Portarias

## PORTARIA N.º 253/23

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 009031/2023, do **Deputado Diogo Moraes**,  
**RESOLVE:** alterar a gratificação de representação dos servidores, conforme planilha abaixo, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de julho de 2023, nos termos da Lei n.º 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
CAIO MARCELO OLIVEIRA TEOTONIO DE MELO	Assessor Especial/PL-ASC	26,05%	120%
JEANNE PEDROSA MELO DE ALMEIDA	Assessor Especial/PL-ASC	99,50%	120%
LILIANE SANTOS DE OLIVEIRA	Assessor Especial/PL-ASC	87,43%	115,95%
NILTON HERCULANO DA SILVA	Assessor Especial/PL-ASC	75,74%	120%

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco  
 Em, 13 de julho de 2023.

Deputado **GUSTAVO GOUVEIA**  
 Primeiro Secretário

## PORTARIA Nº 135/2023

A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 008936/2023 e Parecer da Procuradoria Geral nº 1287/2023,  
**RESOLVE:** conceder ao servidor **EDNILSON DA SILVA CARDOSO**, matrícula nº 567, Analista Legislativo, especialidade: Consultoria Legislativa, NI09, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, 20 (vinte) dias de licença paternidade, retroagindo seus efeitos ao dia 11 de julho de 2023, nos termos do Art.2º, da Lei Complementar nº 91/2007, com redação alterada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 471/2021.

Sala Austro Costa, 13 de julho de 2023.

**ISALTINO NASCIMENTO**  
 Superintendente Geral

## FOLHEIE O DIÁRIO OFICIAL COM APENAS ALGUNS CLIQUES



Agora, você pode acompanhar, na íntegra, a versão digital do Diário Oficial do Estado. A Assembleia Legislativa de Pernambuco disponibiliza, em seu site, o flip do jornal.

**CLIQUE E CONFIRA**



**ALEPE**  
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
 ESTADO DE PERNAMBUCO

## FOLHEIE O DIÁRIO OFICIAL COM APENAS ALGUNS CLIQUES



Agora, você pode acompanhar, na íntegra, a versão digital do Diário Oficial do Estado. A Assembleia Legislativa de Pernambuco disponibiliza, em seu site, o flip do jornal.

**CLIQUE E CONFIRA**



**ALEPE**  
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
 ESTADO DE PERNAMBUCO

f assembleiape    t alepeoficial    d assembleiape  
 @ assembleiape    @assembleiape

f assembleiape    t alepeoficial    d assembleiape    @ assembleiape    @assembleiape